

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação

*Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos**
*Angela Maria Grossi de Carvalho***

RESUMO

A sociedade da informação pode ser vista como uma organização geopolítica dada a partir da terceira revolução industrial, com impacto direto no uso da informação e das tecnologias da informação e comunicação (TICs). O termo surge como uma mudança de paradigma tecno-social presente na sociedade pós-industrial, visando o uso da informação como moeda para a sociedade em constituição naquele momento. No Brasil ganhou peso a partir da publicação do Programa Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde, em setembro de 2000, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo marcada pela falta de debate na construção do documento mestre. Nosso objetivo neste artigo é discutir a Sociedade da Informação na contemporaneidade, além do uso ordenado e consciente da informação, buscando os conceitos-chaves para o seu melhor entendimento. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, retomamos o seu conceito, passando por questões como a inclusão-exclusão digital até o uso dos recursos informacionais digitais.

Palavras-chave: Sociedade da Informação. Tecnologias da Informação e Comunicação. Inclusão Digital. Tecnologia e Informação. Transferência de Informação. Cultura Digital.

*UNESP/Marília. Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP/Marília. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP).
Email: plácida@marilia.unesp.br

**Jornalista. Mestre em educação e doutoranda em Ciência da Informação. UNESP campus de Marília.
Email: angelacarvalho@marilia.unesp.br

I SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO OU PÓS-INDUSTRIAL?

A construção da sociedade da informação remonta às rápidas e exponenciais constituições das estruturas de informação do século XX. A Primeira Revolução Industrial, com início no século XVIII, teve como ponto central a invenção do motor a vapor em 1769. As máquinas a vapor passaram a substituir o trabalho humano com mais velocidade e desempenho, conduzindo os meios de produção e dando origem às primeiras indústrias. A Segunda, a partir da metade do século XIX, teve a eletricidade como inovação, afetando os meios

de produção e criando meios de comunicação à distância. Já a Terceira Revolução Industrial, abriu caminho para o nascimento da sociedade da informação, devido a sua dependência da tecnologia e da ciência. “As expressões sociedade industrial, pré-industrial e pós-industrial são seqüências conceituais ao longo do eixo da produção e dos tipos de conhecimento utilizados”. (BELL, 1973, p. 25).

O aparecimento da expressão “sociedade da informação” começa quando a expressão “pós-industrial” passa a ser rejeitada pelo acadêmico Zbigniew Brzezinski por ser vazia de conteúdo, ele então propõe a substituição por “sociedade tecnocrônica”, para Brzezinski (1971, p. 11) “a

nova tecnologia das comunicações eletrônicas é que havia inaugurado a nova era". A expressão "sociedade tecnocrônica" não vingou, embora sua idéia tivesse fundamento para tal. Já o sociólogo Bell (1973, p. 467) dizia que "a sociedade pós-industrial é uma sociedade da informação, como a sociedade industrial é uma sociedade produtora de bens". Para Freitas (2002, p. 3) o termo teve o "primeiro uso nos EUA [...] feito pela *American Society for Information Science* (ASIS), que realizou reunião anual com o tema *The Information Conscious Society* em 1970". Alguns estudiosos dão o crédito pelo termo "sociedade da informação" a dois japoneses. O primeiro Yujiro Hayashi, em 1969 quando assessorou o governo japonês em dois relatórios sobre a SI, além de ter publicado o livro *The Information Society: from hard to soft*. No entanto, Jiro Kamishima (apud FREITAS, 2002), em 1963 lançou em um artigo no periódico *Hoso Asahi* idéias sobre a SI, foi aí que o tema teve grande repercussão no Japão. "Nos registros de debate em que esse autor afirma que seu país passou a ser uma sociedade da indústria da informação, os editores do *Hoso Asahi* nomearam o artigo, em 1964, como *Sociologia em Sociedades de Informação*". (FREITAS, 2002, p. 03). O Hosao Asahi publicou entre os anos de 1964 e 1966 vários artigos sobre a SI, mas foi Masuda que, em 1968, publicou o livro *Introdução à Sociedade da Informação*, precursor do famoso *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*, de 1980. "Então, quanto à expressão propriamente dita, Duff *et al.* a creditam ao corpo editorial do periódico japonês que a utilizou pela primeira vez, *catequizando uma época*, como dizem os autores". (FREITAS, 2002, p. 3).

Para Armand Mattelart (2002, p. 07), crítico da comunicação e professor da Universidade de Paris, "a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica". Com isso, "sociedade da informação" passou a ser sinônimo de "sociedade pós-industrial", pois conhecimento e informação se tornaram recursos estratégicos e "os agentes transformadores da sociedade pós-industrial... da mesma maneira que a combinação de energias, recursos e tecnologias mecânicas foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial". (BELL, 1980, p. 531).

De acordo com Kumar (1997, p. 21) "a idéia básica da sociedade pós-industrial, porém, era a evolução para uma sociedade de serviços e o

rápido crescimento de oportunidades de emprego para profissionais liberais e de nível técnico". Segundo seus teóricos, a sociedade da informação produz mudanças em nível fundamental da sociedade, nas relações de trabalho e produção de bens e consumo. Podemos, portanto, entender por "sociedade da informação" a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Com a acelerada mudança causada pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs), vários países do mundo passam a estruturar normas para amenizar as desigualdades que as TICs podem causar. Com a expansão da Internet e com o uso constante das tecnologias, o governo brasileiro sentiu necessidade, além de ser pressionado para tal, de elaborar políticas públicas que pudessem prevenir e pensar o uso da rede de forma a não estimular a exclusão digital. Nesse contexto surge o Programa Sociedade da Informação¹ no Brasil - Livro Verde (LV)², em setembro de 2000, por meio do esforço de vários órgãos encabeçados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O programa brasileiro privilegia o uso das tecnologias da informação e comunicação como primordiais para a alavancagem de setores importantes como o econômico, o social e o tecnológico, pois o governo brasileiro acredita que "a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia". (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

O Programa brasileiro foi construído, em boa medida, observando as características dos programas existentes na Europa. No entanto, nos

1 Sociedade da Informação é a nomenclatura dada para os programas nacionais voltados às Tecnologias da Informação e Comunicação como forma de garantir sua utilização e distribuição para toda a população, para assegurar que as TIC não sejam mais um fator de exclusão social. O termo nasce em Portugal em meados da década de 1990 e vai ganhando força em todo o mundo. No Brasil, o projeto é finalizado entre 1999 e 2000. Em alguns países, o mesmo programa pode ser encontrado como "Sociedade do Conhecimento".

2 Livro Verde é o documento que contém todas as metas e ações do Programa Sociedade da Informação, podendo, portanto ser utilizado como sinônimo do Programa.

países europeus, ocorreu uma discussão sobre a concepção do programa, uns defendiam que o programa fosse nomeado como “sociedade do conhecimento” e outros, “da informação”³. No caso brasileiro, não houve essa preocupação. Segundo Takahashi (2000, p. 27):

O Programa Sociedade da Informação tem por objetivo indicar rumos para os diversos setores da sociedade, a fim de enfatizar melhor diferentes iniciativas que conjuntamente contribuam para impactos positivos das tecnologias de informação e comunicação [...] bem como encurtar os atrasos aos países centrais.

Logo na introdução do Livro Verde - LV⁴ os elaboradores expõem os três fenômenos que estão originando as mudanças que se processam na sociedade e que são as metas do programa brasileiro: a convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet.

O documento brasileiro apresenta falta de solidez, profundidade e subsídios científicos nas discussões para concepção do LV e trata a questão como sendo meramente tecnológica. Reflexo disso pode ser visto durante o processo de implantação da Sociedade da Informação no Brasil, que foi dividido em três etapas: 1) Elaboração - do LV, discussão com a sociedade, elaboração de um Livro Branco; 2) Execução - Ações operacionais no triênio (2001-2003); 3) Consolidação - Avaliação geral do programa, elaboração de conjunto de propostas (LV, 2004). A falta de articulação política é compreendida no Livro Branco, pois além de ser lançado com atraso, somente no ano de 2002, não foi aplicado e desconsidera todo o material do Livro Verde. Assim o Governo Federal, com o final de mandato presidencial em 2002, deixou para o próximo governo o imbróglgio chamado Sociedade da Informação.

Com a mudança de governo, veio também a mudança de concepção do Programa que passou a ter como meta a inclusão digital com a criação de programas que valorizam a conectividade. Mais uma vez a preocupação com a alfabetização digital e com a produção de conteúdo e troca

de informações não foram contempladas pelo governo brasileiro.

O ideal é que a Sociedade da Informação possa gerar e criar um complexo de relações focado na informação, tendo como pano de fundo a criação de políticas públicas que contribuam para a diminuição da exclusão de milhares de pessoas que não possuem acesso às tecnologias da informação e comunicação por meio da valorização da produção, distribuição e assimilação de conteúdos que possam ter impacto no dia-a-dia do cidadão, assim além da conectividade os programas poderiam criar coletivos inteligentes e produtores de conteúdo.

É sempre bom lembrar que a exclusão está centrada na falta de recursos financeiros dos países de Terceiro Mundo, na desigualdade social, no analfabetismo e na alfabetização precária. Com a introdução das TICs, acredita-se em um novo “paradigma tecnoeconômico”, em um “fenômeno global” gerado por essas tecnologias, capaz de transformar as atividades sociais e econômicas. A ausência de conhecimento sobre essas tecnologias, por parte das nações, pode gerar um atraso mundial da sociedade global.

3 ASPECTOS DA INCLUSÃO DIGITAL

Passada a fase de expansão demasiada da Internet, a preocupação passa a ser com o tipo de acesso que os usuários têm. Mais do que ligar pontos e abrir um canal de comunicação entre milhares de pessoas, a preocupação deve chegar à questão de conteúdo.

O processo que tem a cooperação do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Sociedade Civil, vem sendo chamado de inclusão digital, no qual são priorizadas tão somente as condições de acesso à Internet, desprezando-se o vasto contingente que frequenta a rede e dela não usufrui de maneira potencial. Assim, teremos ainda mais excluídos sem políticas e ações visando a combater o aprofundamento da brecha social trazida pelas novas tecnologias.

Atualmente, a inclusão digital do governo brasileiro⁵ é encabeçada pelos Projetos *Cidadão Conectado – computador para todos*, que se trata de um projeto que faz parte do Programa Brasileiro

³ Para saber mais sobre essa discussão, consultar ASSMANN, 2000.

⁴ O Livro Verde está disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>

⁵ Deter-nos-emos em analisar os dois principais projetos: *Projeto Cidadão Conectado – computador para todos e Casa Brasil*. Os demais serão apenas citados.

de Inclusão Digital do Governo Federal, iniciado em 2003, mais precisamente a partir da instalação do governo Lula. O *Computador para Todos* tem como objetivo principal possibilitar a população que não tem acesso ao computador possa adquirir um equipamento de qualidade, com sistema operacional e aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet. *Projeto Computadores para Inclusão*⁶ envolve a administração federal e seus parceiros num esforço conjunto para a oferta de equipamentos de informática reconicionados, em plenas condições operacionais, para apoiar a disseminação de telecentros comunitários e a informatização das escolas públicas e bibliotecas.

Já o *Casa Brasil* é uma iniciativa do Governo Federal que reúne esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda. A Coordenação Nacional do *Casa Brasil* foi estabelecida em decreto presidencial em 11 de março de 2005. Há dois comitês que definem os rumos do projeto; o Comitê Gestor, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e o Comitê Executivo, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Secretaria Executiva de ambos é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

O Governo brasileiro mantém outros projetos de menor destaque, são eles: *Telecentros Banco do Brasil* que por meio da modernização do parque tecnológico do Banco do Brasil está fazendo a substituição de 58 mil microcomputadores, os computadores obsoletos foram doados com o intuito de promover a inclusão digital por meio de telecentros comunitários.; *Quiosque do Cidadão*⁷, criado em julho de 2004 tem por objetivo a promoção da inclusão digital da população de pequenas cidades do Centro-Oeste. Cada Quiosque do Cidadão conta com quatro computadores conectados à internet, que trabalham com software livre. O projeto também treina funcionários escolhidos pelas prefeituras para orientar o uso dos terminais pelos cidadãos e disponibiliza informações sobre saúde, cidadania

e educação. Atualmente conta com conta com 100 mil usuários de 22 municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e de Goiás (Ride) e de cidades no Vale do Araguaia (Aruanã, Mundo Novo, São Miguel do Araguaia e Nova Crixás); *ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação*⁸ é um programa educacional criado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio. O ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Seu objetivo principal é a introdução das TICs nas escolas da rede pública; *TIN - Telecentros de Informação e Negócios*⁹ é um ambiente voltado para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações, serviços e oportunidades de negócios visando o fortalecimento das condições de competitividade da microempresa e da empresa de pequeno porte e o estímulo à criação de novos empreendimentos; *Serpro Cidadão*¹⁰ faz parte de um projeto do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que é a maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação do Brasil. Foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública. É uma empresa vinculada ao Ministério da Fazenda e cresceu desenvolvendo programas e serviços que permitiram maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos; *Programa Estação Digital*¹¹ consiste em Estações Digitais implantadas nas comunidades que não têm acesso a essas tecnologias, em parceria com entidades locais e organizações do Terceiro Setor; *Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão*¹² trata-se do portal de inclusão digital

6 Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=1872&tmp.area=78&wi.redirect=F192AG1WJY>

7 Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=1687>

8 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=136&Itemid=273>

9 Disponível em: <http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/sitio/inicial/index.php>

10 Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/instituicao/quem> <http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/sitio/sobre/apresentacao/>

11 Disponível em: <http://www.fbb.org.br/estacaodigital/action/publico/sobreOPrograma.fbb>

12 Disponível em: <http://www.mct.gov.br/html/template/frameSet.php?urlFrame=http://www.inclusaodigital.gov.br&objMct=Inclusão%20Digital>

do governo federal; *Maré - Telecentros da Pesca*¹³ é um braço do GESAC.

4 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Na apresentação que o Ministério da Ciência e Tecnologia (2006) faz em seu site sobre inclusão digital o teor tecnicista é evidenciado ao dizer que:

Os beneficiários do programa de inclusão digital estarão recebendo conhecimento das **técnicas e práticas envolvidas no quesito informática**¹⁴, não como um mero conhecimento a mais e sim como uma ferramenta útil, prática a ser utilizada nas atividades desenvolvidas nos postos de trabalho ou para aumentar as chances de concorrência nos postos de trabalho oferecidos pelo mercado.¹⁵

Em nenhum momento o MCT aborda a questão dos conteúdos e da informação que podem melhorar a vida do cidadão. Mais adiante diz que os programas de inclusão digital podem ser resumidos em: oferta de instrumentos, meios e facilidades, para os menos favorecidos; oferta de acesso às oportunidades de emprego, geração de renda ou melhoria da renda através da “melhor qualificação profissional” e com isto transformar cidadãos brasileiros, hoje à margem, em participantes ativos do processo de desenvolvimento econômico e social (MCT, 2006¹⁶). Ora, como pode haver uma melhor qualificação apenas com acesso à tecnologia sem a preocupação com absorção de informações geradas? É como oferecer lápis e caderno a uma criança analfabeta. A qualificação profissional sem a consciência do papel que cada cidadão tem na sociedade de nada adianta, a lacuna por conhecimento e informação continua aberta. Se não é um problema de concepção, é de redação.

O *Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos* se tornou um dos carros chefes do governo atual, com ampla divulgação na mídia, se destacou por oferecer computadores a baixo custo, com linhas de financiamento acessíveis.¹⁷ Segundo o site do projeto, o objetivo principal é

“possibilitar a população que não tem acesso ao computador possa adquirir um equipamento de qualidade, com sistema operacional e aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet”. (MCT, 2006). O projeto prevê também suporte técnico e de aplicativos. Tem como premissa que o cidadão possa dispor de uma solução informática de modo simples e eficiente para que o acesso seja facilitado.

O *Projeto Casa Brasil* é mais um projeto do Governo Federal ligado ao programa nacional de inclusão digital, seu objetivo principal é “reduzir a desigualdade social em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)” (MCT, 2007¹⁸), por meio de espaços que privilegiam formação e a capacitação em tecnologia da informação e comunicação aliada à cultura, arte, entretenimento e participação popular, com forte apoio à produção cultural local, tem como fios condutores: “democratização das comunicações, compartilhamento de conhecimento, valorização da mulher, respeito à diversidade e desmistificação das tecnologias” (MCT, 2007).

Diferentemente dos demais projetos de inclusão digital, o *Casa Brasil* valoriza a produção de informação e conhecimento por parte da comunidade beneficiada, ao menos é isso que apresenta em sua concepção. Seu comitê gestor é formado pela: Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Atualmente são 131 unidades do *Casa Brasil* instaladas em todo o país.

O Projeto tem como linhas de ação a comunicação comunitária, o governo eletrônico, a educação ambiental, a economia solidária, a cultura livre/software livre, a cultura local, os direitos humanos, o conhecimento livre, a alfabetização e a leitura. Sua estrutura é composta por telecentro, sala de leitura, auditório, estúdio multimídia e laboratório de divulgação de ciências e informática. Outro diferencial é a utilização do sistema operacional GNU/Linux e seus aplicativos de código aberto.

13 É um braço do Gesac. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/telecentro/>

14 Grifo nosso.

15 Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>

16 Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>

17 Disponível em: <http://www.computadorparatodos.gov.br/>

18 Disponível em: <http://www.casabrasil.gov.br/>

Apesar da complexidade de temas apresentados no site do Casa Brasil, o projeto tem em sua concepção a inserção consciente de cidadão no mundo digital. Talvez esse projeto seja um dos poucos que não aborda simplesmente a conectividade, mas também a produção de informação e seu uso na melhoria de vida.

O termo “inclusão digital” remete a um processo em que a pessoa ou grupo de pessoas passa a compartilhar dos métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo. Percebe-se, diante do exposto, que a discussão que se faz sobre a inclusão digital é a viabilização do meio, ou seja, a democratização da Internet, utilizando o espaço público virtual como um facilitador para diminuição das desigualdades sociais, fazendo com que a grande rede abra espaço para todos os cidadãos. Mas não basta estar conectado, é necessário também a apreensão, assimilação e utilização das técnicas e procedimentos necessários para o bom uso das informações disponíveis na rede.

Assim vivemos num momento de *apartheid* digital¹⁹, com imensos desafios políticos, culturais, econômicos e sociais que estão por trás da inclusão da parte marginalizada da população no universo digital. Para quem está conectado, “a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado de sua busca”. (SILVEIRA, 2001, p. 17).

A desigualdade social, econômica e cultural também contribui para um alargamento das distâncias entre o cidadão e a tecnologia.

O agravamento da desigualdade tecnológica na era da informação ocorre por fatores históricos, econômicos e políticos, mas é sustentado pela exclusão do conjunto da população do acesso às tecnologias e de seu desenvolvimento. (SILVEIRA, 2001, p. 25).

A informação tem uma grande importância na sociedade atual e, como nunca antes visto, passou a ser fator predominante na vida das pessoas. Muitas vezes nossa compreensão não consegue acompanhar esse emaranhado de informações.

[...] a transmissão do saber precisa atender a certos requisitos: deve ser realizada por meio de representações interconectadas, envolvendo relações de causa e efeito; deve basear-se em conhecimentos concretos e familiares em questão; ter ligação com problemas da vida e sentido afetivo para os membros do grupo social. (RAMAL, 2002, p.38)

Não basta apresentar a pessoa ao mundo digital, temos que fazer com que ela se sinta parte dele e conheça o todo desse universo e não apenas um lado dele. Isso só será possível se houver uma cooperação entre os agentes sociais responsáveis por essa inclusão, por meio de uma ação conjunta entre Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor voltada à transferência de informação, armazenamento e apreensão da informação existente na rede e para a rede. Os programas existentes atualmente em boa parte privilegiam apenas um lado da discussão, que é o ponto de partida e não o ponto de chegada para essa cidadania. Segundo o filósofo da informação:

[...] o ciberespaço não deve ser pensado como estando povoado por indivíduos isolados e perdidos entre massas de informações. A rede é antes de tudo um instrumento de comunicação entre indivíduos, um lugar virtual no qual as comunidades ajudam seus membros a aprender o que querem saber. (LÉVY, 1999, p.244)

A realidade mostra-nos que os milhões de brasileiros que estão no espaço público virtual não utilizam a rede como deveriam e embora boa parte dela seja digitalmente incluída, é excluída *on-line*. A posição do governo brasileiro em relação ao uso das TICs e da apropriação do espaço público virtual mostra que a inclusão digital, apesar de ser importante, é vista apenas pelo lado da conectividade. Ao fazer a apresentação do Livro Verde, os formuladores dizem que:

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se em

¹⁹ A expressão *apartheid digital* é utilizada por Silveira (2001) para comparar o momento vivido da exclusão digital com o do *apartheid* na África do Sul.

iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o **salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica.** (TAKAHASHI, 2000, p. 5. Grifo nosso).

Essa capacitação seria a utilização de *softwares* e programas com o intuito de estimular o cidadão a se tornar um produtor de informação e não apenas um receptor dela. É importante ressaltar que o simples fato do indivíduo utilizar *softwares* e programas não significa que ele possa ser um agente ativo da rede. Faz-se necessário o uso consciente da TICs, não basta aprender a utilizar as planilhas de cálculos ou os editores de textos, é preciso entender a lógica do processamento da informação.

O Livro Verde contempla programas e propostas do governo com ações voltadas em especial a três grandes frentes: **“educação pública, informação para a cidadania** e incentivo à montagem de centros de **serviço de acesso público à Internet”.** (TAKAHASHI, 2000, p. 33, grifo nosso).

Para o Programa Sociedade da Informação no Brasil,

[...] tem sido importante a criação de conteúdos que facilitem a vida do cidadão [...] Há um vasto conjunto de informações relacionadas ao cotidiano das pessoas cuja disponibilidade seria um grande facilitador na interação entre o cidadão e o Estado (TAKAHASHI, 2000, p. 33).

Mas a prática discursiva tem sido diferente da prática não-discursiva. O alargamento da brecha digital é evidente e as ações propostas até o momento não dão conta do contingente de excluídos do país, já que as desigualdades sociais no Brasil, como a falta de trabalho e de terra, educação, moradia, saneamento básico, saúde e tantas outras que, direta ou indiretamente, afetam o dia-a-dia do cidadão e, conseqüentemente, seus direitos como tal, não são recentes nem tampouco imperceptíveis. “Na verdade, a única inclusão ou exclusão que existe é a social – de conhecimento, informação, gênero, raça, justiça e cidadania” (RANGEL, 2003).

Um fator importante a ser considerado, e que reforça ainda mais a necessidade de se

implementar uma política de inclusão digital voltada a transferência de informação, é a identificação das demandas informacionais. Segundo Seabra (2001),

[...]. A produção de conteúdos deve ser vista como uma estratégia importante no processo de inclusão, somando-se aos demais esforços, como a formação e capacitação de multiplicadores, criação de redes locais e comunidades virtuais, bem como integração com políticas públicas e ações de responsabilidade social.

A produção de conteúdos pode gerar coletivos inteligentes²⁰ e conscientes de seu papel na sociedade. Com a informação sendo usada a seu favor, o cidadão pode ser beneficiado em vários setores, como o econômico, cultural e social. Segundo Silva Filho (2003) “três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação”. Sem esses pilares qualquer ação proposta está suscetível ao fracasso, evidenciando que:

[...] a exclusão socioeconômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica. A inclusão digital deve ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. (SILVA FILHO, 2003, p.138)

Contudo, a inclusão digital não é apenas dar condição de acesso à tecnologia, mas sim dar condições ao acesso, à utilização, à produção e à disseminação de conhecimentos como fatores determinantes para que a inclusão digital não seja mais um elemento de exclusão social, política, econômica e de conhecimento.

5 O USO DA INFORMAÇÃO

Na “sociedade da informação” o uso da informação é a peça chave para que um cidadão possa se tornar um agente ativo dentro da rede. Ao absorver e produzir novos conteúdos ele gera coletivos inteligentes que podem alimentar o ciclo informacional: *informação – conhecimento*

²⁰ Entendemos por coletivos inteligentes grupos organizados na rede para a produção de conteúdo informacional, cultural e social.

- desenvolvimento - informação (BARRETO, 1998, p. 123). Segundo a UNESCO (1987, p. 28) "informação é um produto social e não comercial [...] Informação é, ao mesmo tempo, uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos".

O Estado, como o guardião dos direitos e deveres do cidadão, deve criar mecanismos para que o uso da informação seja garantido a todo indivíduo, já que:

[...] a informação no contexto do Estado está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas [...] o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. (FERREIRA, 2003, p. 37).

Em contrapartida, a Sociedade Civil tem por obrigação desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos, dando sentido às ações realizadas pelo cidadão em seu cotidiano, criando mecanismos para que os seus anseios possam ser tornados públicos por meio de políticas governamentais, refletindo assim diretamente na qualidade de vida da população, além de "permitir o exercício da cidadania, o que só é possível se os cidadãos tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres." (FERREIRA, 2003, p. 37).

De acordo com Scotti et al (1999):

[...] a informação [...] tem se constituído num instrumento imprescindível ao desenvolvimento social, político e econômico dos países. [...] A informação e o conhecimento passam a constituir recursos econômicos fundamentais. (SCOTTI et al., 1999, p. 37)

No caso do Brasil, o uso da informação deve estar atrelado à melhoria da qualidade educacional e aumento da alfabetização da população. Com um aumento da alfabetização e um melhor uso da informação, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte, pode-se dizer que de fato o Brasil estará em uma "sociedade da informação". Mas o que se observa atualmente é a criação de mais um fator de exclusão social, pois a simples conectividade, ou acesso, as TIC não garante ao cidadão o uso da informação. Em boa medida dos programas governamentais e também os propostos pelas

Organizações Não-Governamentais - ONGs e outros agentes da sociedade civil, não contribuem para isso. O que se percebe é uma promoção desenfreada da tecnologia, como se ela por si pudesse fazer com o que indivíduo conectado possa encontrar os caminhos, processar, disseminar e transformar a informação recebida e a ser transmitida.

O uso da informação deve ser visto como algo capaz de alterar de modo significativo à vida de um cidadão, já que a partir dela podem-se gerar novas informações, pois:

Informação é uma abstração informal, que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação. [...] Esta não é uma definição - isto é uma caracterização, porque 'algo', 'significativo' e 'alguém' não estão bem definidos; assumimos aqui um entendimento intuitivo desses termos. [...] Não é possível processar informação diretamente em um computador. Para isso é necessário reduzi-la a dados. [...] Uma distinção entre dado e informação é que o primeiro é puramente sintático e o segundo contém necessariamente semântica. [...] A informação é objetiva-subjetiva no sentido que é descrita de uma forma objetiva, mas seu significado é subjetivo, dependente do usuário. (SETZER, 1999, p.3).

De acordo com Duarte e Lourenço (2002, p. 07) a informação não pode ser vista como um produto final do processo de representação "nem algo a ser transportado de uma mente para outra, nem ainda alguma coisa separada de uma 'cápsula de subjetividade', mas sim uma dimensão existencial do nosso estado de convivência no mundo com os outros".

Para que haja uma transmissão de informação é necessário um emissor, um receptor e um canal. Se o emissor, nesse caso o cidadão conectado, não tiver consciência de que seu papel pode ser transformador, se não souber usar as informações que possuem para mudar seu entorno, o uso da informação será vazio. A discussão que deve permear a entrada de qualquer cidadão na "sociedade da informação" e no uso das TIC é justamente esse, como esse cidadão pode se informar e como pode usar a informação recebida a seu favor. Com isso é possível que exista uma alavancagem nos setores

econômicos, culturais e sociais, caso contrário estamos ameaçados à exclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “sociedade da informação”, presente e ativa em boa parte do mundo, no Brasil têm buscado formas para inserir cerca de 170 milhões de pessoas no mundo digital. Com medidas tecnicistas e que pouco valorizam a produção de informação e conhecimento, o governo brasileiro, a partir de 2003 mais significativamente, vem criando ações para a inclusão digital. A sociedade civil também tem se organizado desde a implantação da internet no país com projetos que valorizam a conectividade. Assim, os projetos de inclusão digital estão apresentados na fase da conectividade, e o potencial cognitivo e inteligente dos cidadãos conectados não se apresenta valorizado.

A exclusão digital se dá ao privar o indivíduo do uso da tecnologia, da informação, do conhecimento e de todo o potencial que a rede oferece. Portanto, não basta estar conectado se não conhecer a potencialidade do sistema para utilizá-lo estrategicamente.

O governo atual, desde 2003 tomou como ponto de honra inserir os cidadãos de baixa renda no uso das TICs. A iniciativa é louvável, mas deve ser bem articulada política e socialmente.

Dos projetos existentes atualmente, apenas o Casa Brasil tem em sua concepção uma fase mais trabalhada para inserir o cidadão no mundo digital, já que se preocupa com a informação que o cidadão recebe, conforme já expomos neste trabalho. Avaliando o conteúdo existente no portal do projeto percebemos que uma pessoa com pouca instrução teria dificuldade de entender seus objetivos.

Apontamos de forma sistemática que o uso da informação deve ser o ponto central para que qualquer projeto de inclusão digital possa realmente ter impacto na vida de uma pessoa.

De pouco adianta dar noção de informática se ao ser inserido na rede o indivíduo só consegue utilizar o correio eletrônico. Estando assim, subutilizada a sua capacidade de produzir, transformar e receber outras informações que sejam úteis ao seu dia-a-dia e ao seu posicionamento como cidadão.

INFORMATION SOCIETY :

advance and retrocession in the access and use of information

ABSTRACT

The Information Society (IS) may be taken as a geopolitical organization which started after the Third Industrial Revolution, having direct impact on the use of information and Information and Communication Technologies (ICT). The expression arose as techno-social paradigm change in the post-industrial society, aiming to use information as currency to the society-in-progress at that time. In Brazil it has become stronger with the Programa Sociedade da Informação no Brasil-Livro Verde, lunched by the Ministério da Ciência e Tecnologia, in September 2000 without any discussion with the civil society to formulate the main document. Our main goal in this article is to discuss the Information Society in contemporary times, and also the organized and conscious use of information, looking for key-concepts to a better understanding of it, from some topics as digital inclusion-exclusion to the use of digital informational resources.

Key-words:

Information Society. Information and Communication Technologies. Digital inclusion. Technology and information. Information transfer. Digital culture.

Artigo recebido em 21/02/2008 e aceito para publicação em 15/05/2008

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação, **Revista Ciência da Informação** – IBICT, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.
- BARRETO, A.de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago 1998.
- BELL, D. **O advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- BELL, D. **The Social Framework of the Information Society**. In forester, 1980.
- BRZEZINSKI, Z. **Between two Ages**: America's Role in the Technetronic Era. Nova York: Viking Press, 1971.
- DUFF, A. S. The 'information society' as paradigm: a bibliometric inquiry. **Journal of Information Science**, v. 21, n. 5, p. 390-395, 1995.
- DUFF, A.; CRAIG, D.; McNEILL, D. A note on the origins of the 'information society'. **Journal of Information Science**, Sussex, v. 22, n. 2, p. 117-122, 1996.
- FERREIRA, Rubens da Silva S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003
- FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Informação & Sociedade**, 2002.
- HAYASHI, Yujiro. **The Information Society**: from hard to soft. Tokyo: Kodansha Gendai Shinso, 1969.
- KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MASUDA, Y_____. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Rio/Embratel, 1980.
- MASUDA, Yoneji. **Introdução à Sociedade da Informação**. Tokyo: Perikan-Sha, 1968.
- MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projeto Casa Brasil**. Brasília: MCT, 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: abril 2007.
- _____. **Projeto Cidadão Conectado** – computador para todos. Brasília: MCT, 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: abril 2007.
- _____. **Base de dados**. Brasília: MCT, 2007. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: abril 2007.
- RAMAL, Andréa Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RANGEL, Alexandre M. **O Brasil precisa é de inclusão social**. IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2004.
- RANGEL, Alexandre M. Exclusão Cefálica. **Sete pontos**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mai. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/1/cefalica.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.
- SCOTTI, E.V. et al. O terceiro milênio e o paradigma da informação. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 8, set. 1999. Disponível em: < <http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/bibli8/bibli8.html>>
- SEABRA, Carlos. Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios. **Centro de Inclusão Digital e Educação Comunitária**, 2001. Disponível

em: <<http://www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo12.html>>. Acessado em: 28 jan. 2004.

SETZER, Valdemar. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero** Revista de Ciência da Informação - N° zero, dezembro 1999, artigo 01. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm>. Acesso em: abril 2007.

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, n° 24, maio de 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002.

TAKAHASHI, T. (org.). **Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNESCO. **Communication and society**: a documentary history of a new world information and communication order seen an evolving and continuous process, 1975 -1986. Paris: UNESCO, 1987.

